

## O passado como exemplo nas crônicas medievais portuguesas

Kátia Brasilino Michelan\*

### Resumo

A proposta deste trabalho consiste em analisar a permanência de alguns aspectos da percepção do tempo dos antigos nas visões de mundo dos ocidentais pré-modernos, mais especificamente, nos cronistas portugueses do século XV e início do século XVI, como é o caso do passado com caráter pedagógico e pautado no acontecimento como garantia de verdade. O objetivo, dessa maneira, é pensar o jogo entre presente, passado e futuro na forma de disposição das crônicas, ou seja, como os cronistas contam o passado e com isso projetam o futuro, através da dimensão pedagógica da história e do papel da escrita na conservação dos saberes.

**Palavras-chave:** Cronistas, Idade Média e Portugal.

### Abstract

The propose of this study is to examine the permanence of some aspects the old men's perception of time in the pre-modern western men's vision of the world, more specifically, in the Portuguese chroniclers of the 15<sup>th</sup> century and beginning of the 16<sup>th</sup> century, as is the case of the past with a pedagogical character and based in the event as guarantee of the truth. The objective, so, is to think the game among present, past and future in the disposition of the chronic, in other words, how the chroniclers narrate the past and through it they project the future, through the pedagogical dimension of history and through the function of the writing in the conservation of knowledge.

**Key words:** Chroniclers, Middle Age and Portugal.

“A história é a testemunha dos tempos, a luz da verdade, a vida da memória, a mestra da vida, a mensageira da Antigüidade”.<sup>1</sup> (CÍCERO, 1967: 9-36)

“o presente é brevíssimo; o futuro, duvidoso; o passado, certo”. (SÊNECA, 1995: 169)

Esses dizeres de Marco Túlio Cícero (106 a.C- 43 a.C.) e Lúcio Aneu Sêneca (4 a.C.- 65 d.C.) traduzem formas de pensar a história e o tempo na Antigüidade que, de alguma, se mantiveram como pressupostos do fazer histórico ao longo de vários séculos, podendo ser reconhecidos, embora com outros fundamentos, na produção dos cronistas dos séculos XIV, XV e início do século XVI. A proposta deste trabalho consiste em analisar a permanência de

---

\* Doutoranda do programa de pós-graduação em História e Cultura, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” UNESP/campus de Franca, trabalho financiado pela CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior).

<sup>1</sup> Historia vero testis temporum, lux veritatis, vita memoriae, magistra vitae, nuntia vetustatis [Tradução Minha].

alguns aspectos da percepção do tempo dos antigos nas visões de mundo dos ocidentais pré-modernos (KOSELLECK, 2001:20), mais especificamente nos cronistas, como é o caso do passado com caráter pedagógico e pautado no acontecimento como garantia de verdade.

Para Cícero, a história é reveladora da verdade e por isso mestra da vida, o que significa que ela tem uma função pedagógica, já que o passado serve para ensinar o presente e o futuro. Esse aspecto educacional do passado pressupõe, em certo sentido, a possibilidade de repetitividade da história, no entanto, com a era das explorações (Descobrimientos) e o chamado progresso tecnológico, abre-se aos europeus um horizonte de diversidades culturais, ao lado da consolidação da possibilidade de mudança e da interferência do homem no mundo material, o que provoca o questionamento do modelo ciceroniano de conservação dos valores dos tempos idos.

Segundo os apontamentos do historiador Reinhart Koselleck, todavia, até o século XVIII, as histórias são úteis como ilustrativos de doutrinas morais, teológicas, jurídicas e políticas (KOSELLECK, 1993: 43). A Revolução Francesa, para o supracitado historiador, torna-se o ponto chave para a crise do modelo ciceroniano, pois a idéia de revolução não comporta a capacidade de repetição do passado e, sim, a busca pela ruptura. A partir daí, o homem tende a considerar, segundo ele, que o futuro não resulta das experiências do passado, mas se insere em um horizonte de expectativas. Durante o período medieval, ao contrário, pode-se dizer que a função exemplar caracteriza a produção sobre o passado e está presente em discursos muito diferentes: encontra-se em textos hagiográficos, em crônicas e em livros de ensinância (KOSELLECK, 2001:20).

A supracitada passagem de Sêneca apresenta o passado como certo, ou seja, amparado no que aconteceu, e verdadeiro justamente por isso. Já o futuro mostra-se incerto, mas podendo ser parcialmente delineado pelo passado. Assim, o passado pode servir como referência para o que virá, como ocorre no pensamento ciceriano, porém o futuro pode guardar surpresas, ou seja, não seria confiável da mesma forma que o que já ocorreu. A mesma idéia é recorrente nos ensinamentos do pensador cristão Santo Agostinho (354 d.C. – 430 d.C.), que considerava que o passado poderia ser apreendido através da memória, o presente poderia ser explicado contemplando-o, mas para o futuro restavam apenas a espera e a esperança (GUREVITCH, 1990:138).

As crônicas medievais são conduzidas por uma diretriz, na qual o tempo é claramente cronológico, definido pelos eventos e, da mesma forma, projetiva, já que as crônicas visam dar exemplos para a posteridade, ou seja, tem uma perspectiva tanto memorialista quanto moralista. A partir dessa notável duplicidade, interessa aqui interrogar:

quais as mudanças entre a percepção de tempo dos antigos e dos cronistas medievais? E quais os fundamentos do fazer histórico cronístico?

De saída, vale adiantar algumas considerações sobre a relação com o tempo dos homens medievais, levando em conta tanto aspectos da vivência cotidiana quanto de como a sociedade situa-se no tempo, vive e percebe sua historicidade (KRUS, s.d.: 346). De acordo com Aron Gurevitch (1990:116), Ivan Domingues (1991:30-31), Paul Zumthor (1994:21), Jacques Le Goff (1984:23), entre outros, a noção de tempo dos medievais resulta de uma combinação de visões de mundo pagãs e cristãs. Para os bárbaros, nas sociedades agrárias, o tempo era determinado pelos ritmos da natureza e percebido, principalmente, pelas mudanças das estações do ano e pelos astros celestes. Era um tempo muito ligado ao mitológico, pois a memória dos grupos sociais, ao longo dos anos, transformava em mitos os acontecimentos. Para esses povos bárbaros, o culto dos antepassados era indispensável, pois estes representavam os laços que uniam o presente e o passado, e era através da genealogia das gerações que se construía a medida do tempo local. Apesar, entretanto, dessa noção genealógica no pensamento desses povos, o passado, o presente e o futuro encontravam-se alinhados e coexistiam; portanto, para os bárbaros, em certo sentido, existia só o tempo presente: o único que era verdadeiramente concreto (GUREVITCH, 1990: 123-125).

Com a passagem do paganismo para o cristianismo, a noção de tempo foi reorganizada, porém, a “relação arcaica com o tempo foi menos destruída do que atirada para segundo plano e constituiu, por assim dizer, a camada inferior da consciência popular” (GUREVITCH, 1990: 127). Quando se fala em período Medieval Ocidental, deve-se ter em mente que o homem, que viveu nessa época, foi incapaz de pensar o mundo sem Deus. Como aponta Jacques Le Goff, “se havia um tipo humano a excluir do panorama do homem medieval era precisamente o do homem que não crê” (LE GOFF, 1989:10). Pelo menos até o século XIII, e mesmo depois, são insignificantes os números de pessoas que negam a existência de Deus nos textos do período. Para Domingues, toda a reflexão sobre o problema do homem na Idade Média não se dá nos quadros de uma filosofia secular, mas religiosa, que, ao contrário da antiga, muda seu objeto, o homem, fazendo dele “uma criatura que pertence a Deus, não a si mesma” (DOMINGUES, 1991:26). A noção de tempo, certamente, não foge a essa característica, de pensar Deus como fundador.

A grande novidade cristã, nesse sentido, foi combinar dois tempos, um circular e um linear. O tempo circular é articulado pelas estações do ano e nele se insere um tempo litúrgico, movido pelos acontecimentos da vida de Cristo – Natal, Páscoa, Pentecostes, por exemplo. Ambos são circulares, repetem-se ano a ano, contrapondo-se, pois, a um tempo

linear, o da História, aquele gerado por Deus com a Criação e renovado com a Encarnação, o tempo terrestre (LE GOFF, 2002:531-539). Neste tempo, a origem é a eternidade, antes da Queda, e o fim da história estaria no retorno ao tempo eterno, à Salvação. O cristão, no entanto, não media a eternidade em porções de tempo, ela era um atributo de Deus. O tempo tinha sido criado por Deus, possuía um princípio e um fim, uma duração que se limitava à história humana (GUREVITCH, 1990:133). Para os primeiros cristãos, a eternidade também não se opunha ao tempo, nem era, como por exemplo para Platão, a ausência de tempo; seria ela uma dilatação do tempo até o infinito (LE GOFF, 1993:45).

Entrecruzando o tempo das estações, o litúrgico e o terrestre, a consciência medieval orientava-se, prioritariamente, para o passado, um passado a ser reencontrado, retomado. A história tinha uma direção, desse modo, desenvolvia-se segundo um plano pré-estabelecido, movia-se rumo ao término, no qual a vida terrestre se juntaria com a celestial do início dos tempos e, com isso, levaria à salvação das almas. Essa história, portanto, diferentemente da concepção antiga, estava fundamentada no retorno à eternidade divina (BASCHET, 2006:318).

Se, nas sociedades rurais, a grande forma de perceber e marcar o tempo era pela natureza e pelos astros celestes (Sol e Lua), nas cidades e nos mosteiros, diferentemente, o tempo passa a ser um tempo sonoro, reconhecido pelos sinos que anunciavam as horas – ainda não um tempo visual, como o tempo moderno dos relógios. O controle do tempo nas cidades era, portanto, atributo da igreja, dado que as horas canônicas determinavam o badalar dos sinos que avisavam o passar do tempo, do dia e da noite, mas numa marcação ainda bastante imprecisa.

No final do período medieval, como chama a atenção Henrique Vaz, foram formadas certas estruturas específicas do tempo e da relação do homem com a temporalidade, estruturas que projetaram o homem moderno (VAZ, 1991:67), dependente da marcação dos relógios mecânicos – invenção do século XIII. Pode-se afirmar que a organização do tempo é uma das mais importantes conquistas da história dos séculos medievais, como tem proposto Jacques Le Goff (1993:44), que dedica dois capítulos de uma de suas obras de maior destaque, *Para um novo conceito de Idade Média*, justamente a refletir sobre essa questão. Para o historiador medievalista, no final da Idade Média, havia duas formas de vivência do tempo: o tempo da igreja e o tempo do mercador, e essas seriam percepções opostas do tempo: uma pertencente a Deus e outra voltada para o ganho. A oposição das duas formas de conceber o tempo se mostrava, na medida em que se o tempo era dominado por Deus ele não poderia ser vendido. É notória, a partir do século XIV, para Le Goff, uma ligação entre o

sentido do tempo e o sentido do espaço, já que o mercador descobre “o preço do tempo na mesma altura em que explora o espaço, pois para ele a duração essencial é a de um trajecto” (1993:45).

Mesmo que o controle cotidiano do tempo tenha sofrido modificações ao longo dos séculos medievais, com o aparecimento dos relógios mecânicos e com a relação tempo e ganho, não se pode negar que a igreja foi a principal responsável pela conservação do tempo passado, da memória, através da escrita histórica, principalmente, do século XIII ao século XV (GUENÉE, 1997). Alguns mosteiros, como se sabe, foram renomados centros de saber do medievo. A igreja católica apresentava-se como uma religião da recordação, que valorizava a memória de Cristo e dos mortos *especiais* ( BROWN, 1999), os santos. Daí decorreram as produções das hagiografias, dos anais religiosos e das crônicas eclesiásticas. A igreja, contudo, não foi a única a valorizar o registro do passado, também a nobreza mandava preparar genealogias revalorizando seus antepassados nobres e as monarquias, especialmente, reconheceram a importância de fazerem da história a garantia de sua legitimidade e uma forma de exaltação de seus ancestrais (LE GOFF, 2002:535). Um dos resultados desse interesse pelo passado foi a consolidação, a partir da noção religiosa de tempo linear cristão, da escrita historiográfica medieval, que por muito tempo foi dominada pela periodização anual (anais) e pela obsessão pela Crônica Universal (GUENÉE, 1997:100).

Desde a Antiguidade, distinguiam-se dois gêneros de composição histórica, um nobre, a história, mais desenvolvida e seguindo os moldes gregos, e os anais, um gênero menor (GUENÉE, 1992:4). No que diz respeito aos anais, sua base fundamental era a descrição anual, ou seja, uma lista de acontecimentos ordenados cronologicamente. Esse gênero ainda não tinha a forma de narrativa, como descreve Hayden White (1992:21), “os anais representam a realidade histórica como se os acontecimentos reais não se mostrassem na forma de relatos”. Nos anais não há, necessariamente, um tema central, mas apenas alguns temas recorrentes, como segurança perante os inimigos exteriores, liderança política e militar, etc.

O outro gênero representativo dos primeiros séculos medievais foi a Crônica Universal, uma elaboração consagrada com o bispo Eusébio de Cesaréia, no século IV. Para ele, também existiam duas formas de registro do passado, a crônica e a história. Embora sua definição de história seja quase a mesma dos antigos, um relato mais acabado, a sua concepção de crônica testemunhou um progresso em relação aos anais. A história seria mais ampla, a crônica seria um relato mais abreviado, com grande preocupação em dar a

continuação do tempo (GUENÉE, 1992:5). Eusébio não só define os termos como também transita pelos dois modelos na sua *História Eclesiástica* e na sua *Crônica Universal*.

A Crônica Universal, modelo que depois de Eusébio de Cesaréia tornou-se tradicional, começa pela narração do *Livro do Gênesis* e aborda a história de um povo unido em uma só igreja. Segundo Gurevitch (1990:141), essa “forma corrente dava ao cronista a possibilidade de incluir a história do seu tempo próprio no conjunto histórico universal”. A escrita histórica apresentada por Eusébio de Cesaréia pode ser reconhecida na *Crônica Geral de Espanha de 1344*, atribuída a Pedro de Barcelos, que possui um esquema de Crônica Universal de caráter puramente genealógico (CINTRA, 1951:XXXI), isto é, descreve a história da Península Ibérica desde os tempos do Dilúvio até os tempos próximos da própria elaboração da crônica afonsina,<sup>2</sup> ou seja, o final do reinado castelhano de Fernando III (1201–1252) (ESTEVES, 1998:6).

O historiador Bernard Guenée, estudando os prólogos das obras históricas medievais, percebeu que, durante a Idade Média, esses prólogos oscilaram entre definir a obra como crônica ou história, mas nem sempre as diferenças apresentam-se de maneira clara. Nos primeiros séculos da Idade Média, a crônica é caracterizada por ser mais abreviada, por uma preocupação em datar os eventos e por dar continuidade à crônica de Eusébio. Já a história era uma obra autônoma e com uma narrativa mais elaborada e acabada, o que fez com que merecesse um prólogo – geralmente não encontrado nas crônicas anteriores ao século XII (GUENÉE, 1992:6). Segundo Guenée, a partir do século XII, a palavra crônica começa a aparecer nos prefácios. A crônica deixa de ser uma simples seqüência da história de Eusébio e torna-se uma obra cada vez mais independente. No decorrer dos séculos XIII e XIV, a crônica, que nos primeiros séculos medievais foi um gênero menor, apresenta-se como a principal forma da erudição histórica. Crônica e história fundem-se, então, em um único gênero, autônomo, que presa pela cronologia e que se intitula preferencialmente crônica. O período de triunfo da crônica em relação à história é curto, pois, com o Humanismo,<sup>3</sup> a história volta a ser superior e a crônica acaba sendo objeto de desprezo (GUENÉE, 1992:10).

---

<sup>2</sup> A *Crônica Geral de Espanha de 1344* segue o modelo da *Primeira Crônica Geral* elaborada por Afonso X.

<sup>3</sup> Sobre humanismo ver: FRYDE, E. B. The revival of a ‘scientific’ and a erudite renaissance. In: **Humanism and Renaissance Historiography**. London: The Hambledon press, 1983. O texto trata das características que são atribuídas à historiografia do século XIX como existentes já nos séculos XV e XVI, nos trabalhos dos humanistas italianos. Para Fryde, esse é o verdadeiro período de mudança na historiografia. Os primeiros humanistas, para ele, foram capazes de criar disciplinas novas como é o caso da filologia moderna e os estudos de evolução das leis. É nesse período que a história aparece pela primeira vez como natural e necessária, devendo se regular na educação. É, também, o período da primeira emergência do cientificismo historiográfico. A questão condutora do texto, portanto, consiste em pensar porque uma determinada mudança na historiografia ocorreu na Itália naquele período. p.7.

Considerando-se o contexto português, a forma cronística foi a grande responsável pela consolidação da história do reino. A produção cronística iniciou-se “devido, em grande parte, à influência castelhana neo-isidoriana, que teve na *Crônica Geral de Espanha* de Afonso X o seu modelo” (LANCIANI, 1993:173). Foi, principalmente, através do subsídio dos príncipes de Avis que se organizou, pela primeira vez, uma atividade literária mais ou menos regular e sistemática em Portugal e, sem dúvida, esta foi acompanhada de um plano de ação para o futuro (AMADO, 1997:13). Tanto que a dinastia de Avis construiu sua legitimidade através de crônicas encomendadas, por exemplo, a Fernão Lopes. Essas encomendas visavam registrar a história dos reis portugueses antepassados e, assim, confeccionar as bases históricas que justificassem a mudança de dinastia. A produção de crônicas em Portugal, no entanto, antecede a dinastia de Avis, sendo a *Crônica Geral de Espanha de 1344* a primeira amostra significativa em língua portuguesa desse tipo de fazer histórico.

Como os anais, a crônica preza pela cronologia, porém, trata-se de um relato mais acabado, que aspira à narratividade (WHITE, 1992:31). A crônica herda dos anais o aspecto temporal cronológico como estrutura que orienta a narrativa. O cronista medieval Gomes Eanes Zurara, na sua “*Crônica de D. Pedro de Menezes*”, descreve a relação da crônica com a idéia de tempo, seu fundamento primeiro:

[...] Chronica principalmente ouve a sua origem, e fundamento de Saturno, que quer dizer Tempo, esto porque em Grego se chama este Planeta Chrono, ou Chronos, que significa Tempo, assy, como no Latim este nome quer dizer Tempus, e d’hy se deriva Chronica, que quer dizer Istorica, em que se escrevem os feitos temporaes (ZURARA, 1997:213-214).

Com essa colocação, Zurara classifica a obra que compõe como crônica, e a define como uma “história em que se escrevem os feitos temporais”, ou seja, um gênero que preza pelos eventos no tempo. Na lenda do Deus *Crono*, da mitologia grega, ele é a personificação do tempo:

Este Titã, o mais novo dos filhos de Urano e de Geia, governou o Universo antes do reinado de Zeus e dos deuses do Olimpo. Para obter todo o poder, não hesitou em mutilar o próprio pai uniu-se à própria irmã Reia, de quem teve numerosos filhos, que deviam tornar-se deuses célebres em toda a Grécia, tais como Hésta, Deméter, Hera, Hades, Posídon e, por fim, o próprio Zeus. No entanto, para conservar o trono, teve de negociar com os outros Titãs que lhe pediam que fizesse desaparecer sua posteridade. Crono devorou então os filhos, só deixando Zeus, que a mãe substituíra por uma pedra, envolta em panos, que Crono engoliu sem se aperceber do embuste. Mas, ao tornar-se adulto, Zeus rebelou-se contra o pai e forçou-o a restituir os irmãos e as irmãs. Com a sua ajuda, Zeus combateu os Titãs fiéis a Crono e apoderou-se, para sempre, do poder divino. Mais tarde, os Romanos identificaram Crono com Saturno, e a lenda, sob a influência do Orfismo, transformou-se de tal modo que o Titã impiedoso veio a ser um rei justo e bom da Idade do Ouro (SCHMIDT, 1985:77).

A relação entre o tempo e o mito é sugestiva, o tempo, do mesmo modo que o deus Crono, devora e engole tudo. O deus Saturno é o correspondente romano do deus grego, como relacionado por Zurara. Mesmo com algumas diferenças entre os deuses, Crono e Saturno personificam o tempo como vilões, ou seja, apresentando a face degradante do tempo, que destrói os objetos e as pessoas. A única saída, nesse sentido, seria tentar resgatar o tempo passado, como na lenda, em que Zeus faz Crono reviver os filhos que devorou. Para os humanos resta apenas tentar conservar o tempo através da memória e, com isso, contornar o esquecimento. A crônica, dessa forma, cumpre o papel de guardar o passado, como aponta Zurara, ao falar da origem e do fundamento da palavra, que, etimologicamente, é formada pelo radical grego *chronos* (tempo) e o sufixo *ikós* (referente); assim a derivação *chronikós* significa “relativo ao tempo” (NASCENTES, 1955:144). Além disso, nelas podem ser notados jogos entre tempos diferentes, o de escrita e o do que é narrado, e por vezes, como no caso de Zurara, que retoma os antigos, tempos ainda mais remotos do que o da história apresentada.

A preservação da memória régia é o fio condutor das narrativas cronísticas. As histórias são delimitadas a partir do tempo de reinado dos monarcas, o que é facilmente reconhecível nas primeiras crônicas laicas medievais portuguesas que relatam a dinastia afonsina: a *Crônica Geral de Espanha de 1344*, do conde D. Pedro de Barcelos; a *Crônica de 1419*, atribuída a Fernão Lopes; a *Crônica de El-Rey D. Afonso Henriques*, de Duarte Galvão; e as crônicas de *Sancho I*, *Afonso II*, *D. Sancho II*, *D. Afonso III*, *D. Denis* e *D. Afonso IV*, de Rui de Pina.

O que se percebe na leitura das crônicas é que a passagem da história de um reinado para o outro é marcada pela morte de cada rei. Dificilmente a história de dois reinados se apresenta em um mesmo capítulo, somente em dois casos: no último capítulo sobre um rei, que já anuncia o próximo monarca, e no primeiro capítulo, em que o governante anterior é retomado. Nesses capítulos específicos, os cronistas fazem uma breve menção do rei que não é o alvo da crônica, porém, esta consiste apenas em nomear e elogiar, sem relatar eventos do seu reinado.

O cerne das crônicas medievais, especificamente nos casos citados, é a vida do monarca que conduz a narrativa, assim, a subida ao trono inicia a história e a morte põe fim à narrativa (GUENÉE, 1997). O tempo da crônica está sujeito ao tempo de governança dos monarcas, ou seja, trata-se de um tempo genealógico, definido pela passagem do antecessor mencionado no primeiro capítulo ao sucessor anunciado no final da composição. Todos os

eventos, nesse sentido, são dependentes da vida do rei, e as outras figuras régias que aparecem para demarcar temporalmente as sucessões e para fixar as linhagens (FOURNIER, 1996:36).

Essa forma de conceber a história é atrelada à proposta historiográfica de Afonso X, que influenciou, em certo sentido, grande parte da historiografia medieval da Península Ibérica. A história, tal como a elabora Afonso X, é a história dos povos que dominaram a terra e, antes de tudo, de seus príncipes ou senhores naturais (FERNANDEZ, 1993-94:101-132). Para estruturar essa história, o elo se manifesta na linha de sucessão monárquica, ou seja, os eventos e a cronologia estão subordinados ao rei que governa o território. O protagonismo do rei é, muitas vezes, anual e contrasta com o de outras personagens que aparecem na narrativa com caráter meramente sincrônico.

O tamanho da crônica sobre um rei, todavia, não obedecia ao tempo que ele governou, e sim à valorização que se pretende dar a cada reinado. A princípio, dado o recorte por reinado, seria lógico pensar que quanto mais tempo de governação, maior a quantidade de eventos a serem relatados, mas não se deve esquecer que “o vivido tal como sai das mãos do historiador não é o dos actores; é a narração (...) Como o romance, a história selecciona, simplifica, organiza, faz resumir um século numa página” (VEYNE, 1987:14), como bem define o historiador Paul Veyne ao tratar do tempo do narrado. A história medieval, portanto, não pretendia conservar “a memória de tudo o que havia passado”, mas apenas “o que era digno de lembranças” e as “coisas memoráveis”, segundo Bernard Guenée (2002:526). Para as crônicas, nesse sentido, o que interessava fixar eram as glórias dos monarcas, por isso os textos cronísticos se prenderem, quase que exclusivamente, nos feitos notáveis que os reis teriam realizado durante suas vidas.

### **Bibliografia:**

- AMADO, T. Os gêneros e o trabalho textual. In: RIBEIRO, C. A.; MADUREIRA, M. (coord.) **O gênero do texto medieval**. Lisboa: Edições Cosmos, 1997.
- BASCHET, J. **A civilização Feudal**. Do ano mil à colonização da América. São Paulo: Globo, 2006.
- BROWN, P. **A Ascensão do Cristianismo no Ocidente**. Lisboa: Presença, 1999.
- CÍCERO, (De oratore II, 9-36). In: CICERÓN, M. T. **El Orador**. Ed. Bilingue. Texto revisado y traducido por A. Tovar y A. R. Bujaldón. Barcelona: Alma Mater, 1967.

CINTRA, Luis Felipe Lindley. Introdução. In: **Crônica Geral de Espanha de 1344**. Edição Crítica do Texto Português. Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda. Vol I: 1951, vol II: 1954, vol III: 1964, vol. IV: 1990.

DOMINGUES, I. **O grau zero do conhecimento**. O problema da fundamentação das ciências humanas. São Paulo: Loyola. 1991.

ESTEVES, Elisa Nunes. Introdução. **Narrativas da Crônica Geral de Espanha de 1344**. Lisboa: Vega, 1998.

FERNÁNDEZ, I. O. La historiografía alfonsí y post-alfonsí en sus textos. Nuevo panorama.

In: **Cahiers de Linguistique Hispanique Médiévale**, 18-19, 1993-94, págs. 101-132.

disponível em:

<<[http://www.uam.es/personal\\_pdi/filoyletras/ifo/proyectos/publicaciones/5\\_a.pdf](http://www.uam.es/personal_pdi/filoyletras/ifo/proyectos/publicaciones/5_a.pdf)>> Acesso em:25/03/2009.

FOURNIER, A. **A primeira parte da Crônica Geral de Espanha de 1344**: o texto e a sua construção. Tese (Mestrado em Letras). Lisboa: Faculdade de Letras/ Universidade Clássica de Lisboa, 1996.

FRYDE, E. B. The revival of a ‘scientific’ and a erudite renaissance. In: **Humanism and Renaissance Historiography**. London: The Hambledon press, 1983.

GUENÉE, B. Chancelleries et monasteries. La mémoire de La France au Moyen Âge. In: NORA, Pierre. **Les Lieux de Mémoire**. (3 vols) Vol. I, Paris: Editions Gallimard, 1997.

\_\_\_\_\_. História. In: LE GOFF, J.; SCHIMITT, J. **Dicionário Temático do Ocidente Medieval**. 2 vols. Vol. I. Bauru: Edusp, 2002, p. 526.

\_\_\_\_\_. Histoire et Chronique nouvelles réflexions sur les genres historiques au moyen age. In: POIRION, Daniel (org.). **La Chronique et l’histoire au moyen-age**. Paris: Presses del l’université de Paris-Sorbone, 1992.

GUREVITCH, A. **As categorias da cultura medieval**. Lisboa: Editorial Caminho, 1990.

KOSELLECK, R. **Futuro Pasado**. Barcelona/Buenos Aires/México: Paidós, 1993.

\_\_\_\_\_. **Los Estratos del tiempo: estudios sobre la historia**. Barcelona/Buenos Aires/México: Ediciones paidós, 2001.

KRUS, L. A vivência medieval do tempo. In: **Estudos de História de Portugal**. Lisboa: Imprensa Portugal, nº 23, vol. I, s.d.,

LANCIANI, G.; TAVANI, G. **Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa**. Lisboa: Editorial Caminho, 1993.

LE GOFF, J. Memória. In: **Enciclopédia Einaudi**. Porto: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1984.

\_\_\_\_\_. O homem medieval. In: LE GOFF, J. (dir.) **O homem medieval**. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

\_\_\_\_\_. **Para um novo conceito de Idade Média**. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.

\_\_\_\_\_. Tempo. In: LE GOFF, J.; SCHIMITT, J. C. **Dicionário Temático de História Medieval**, vol. I. Bauru: EDUSP, 2002.

NASCENTES, A. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. v. 1. Rio de Janeiro, 1955.

RICOUER, P. **Tempo e Narrativa**. Tomo III, Campinas: Papyrus, 1997.

SCHMIDT, J. **Dicionário de Mitologia Grega e Roma**. Lisboa: Edições 70, 1985.

SENECA, L. A. **Los Siete Libros de la Sabiduría**. [tradução para o espanhol Pedro fernández Navarrete]. Bracelona: Edicomunicación, 1995.

VEYNE, P. **Como se escreve a História**. Lisboa: Edições 70, 1987.

WHITE, H. **El contenido de la forma**. Narrativa, discurso y representación histórica. Barcelona/Buenos Aires/México: Ediciones Paidós, 1992.

ZUMTHOR, P. **La medida Del mundo**. Representación del espacio en la Edad Media. Madrid: Cátedra, 1994.

ZURARA, Gomes Eanes. **Crónica do Conde D. Pedro de Menezes**. Edição e estudo, Maria Teresa Brocardo. Lisboa : FCG/JNICT, 1997